



**Câmara dos Deputados**  
**2ª Vice-Presidência**

Apresentação: 10/08/2021 13:08 - PLEN  
EMP 33 => PL 2337/2021

**EMP n.33**

**EMENDA DE PLENÁRIO**

**EMENDA \_\_\_\_\_ AO PROJETO DE LEI 2.337, DE 2021**

Dispõe sobre a dedutibilidade dos juros sobre capital próprio.

**EMENDA**

Suprima-se a revogação da alínea “a” do inciso VII do artigo 63 do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021.

*“Art. 63. Ficam revogados:*

*[...]*

*VII – os seguintes dispositivos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995:*

*a) ~~art. 9º;~~ e*

*b) art. 10;*

**JUSTIFICAÇÃO**

A alínea “a” do inciso VII do artigo 63 do texto substitutivo apresentado ao PL 2.337/2021 revoga o benefício da dedutibilidade de juros sobre o capital próprio (JCP) do lucro tributável das empresas, um dos mecanismos adotados no Brasil para combater a inflação.

Desde o Plano Real, como regra geral, houve a proibição da indexação pela inflação, mantendo-se, como contrapartida, a dedução do pagamento dos JCP do IRPJ e da CSLL até o limite proporcional à inflação (TJLP). Neste momento, o arranjo normativo reconheceu que parte do resultado distribuído tem o propósito de apenas refletir a inflação, não lucro (acréscimo patrimonial).

Assim, a dedutibilidade dos juros sobre capital próprio tem como pano de fundo a própria moeda de troca para contenção da inflação e representa uma ferramenta importante na atração de investimentos ao longo das últimas décadas. Além disso, quando esta medida é combinada com a tributação dos dividendos, afastam-se dois instrumentos relevantes na atratividade Brasil, considerando que a alíquota efetiva dos tributos sobre a renda restará indubitavelmente majorada com a não dedutibilidade do pagamento.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André de Paula  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210928230700>



Não se pode olvidar que os juros sobre capital próprio são tributados na pessoa física (ou jurídica) de quem os recebe a 15%. Nesse passo, Joaquim Levy analisa, para setores de alavancagem excessiva, a revogação pode ter sérias consequências, pois o aumento do custo de atividade não é absorvido pelo aumento do preço, não sem que isto impacte gravemente a demanda e a inflação.

Vale ressaltar que, além do alargamento da base de cálculo no Lucro Real, o fim da dedutibilidade de JCP terá impacto negativo no investimento feito nas empresas a partir de recursos próprios dos sócios. Assim a referida medida estimulará investimento feito com recursos de terceiros, ou seja, o endividamento das empresas, de modo que a revogação do benefício do JCP comprometerá o equilíbrio no tratamento entre capital próprio e capital de terceiros.

Essa distorção será prejudicial ao modelo de financiamento de muitas empresas e deve reduzir a propensão ao investimento, variável fundamental para a expansão do crescimento econômico. De fato, não há justificativa adequada para conferir tratamento distinto a duas empresas que buscam capitalizar-se em igual quantia, pelo simples fato de uma ter captado recursos no mercado de dívida (p.ex. via empréstimo) e a outra junto aos seus sócios (via um aumento de capital).

Nesse sentido, cumpre destacar que a União Europeia tem discutido propostas para estabelecer a neutralidade fiscal entre investimentos via capital próprio e via capital de terceiros. Em relatório preparado pela Comissão Europeia<sup>1</sup>, identificou-se que, em regimes que não se permite uma dedução para o investimento realizado através de capital próprio, uma tendência inadequada de endividamento das empresas em tais regimes que permitem somente a dedutibilidade fiscal (para fins de apuração do lucro tributável) dos juros relativos a empréstimos.

Assim, nota-se que há uma tendência mundial para garantir a neutralidade fiscal entre as diferentes formas de capitalização das empresas, razão pela qual se propõe a manutenção do regime atual vigente.

Sala das Sessões, em        de        de 2021.

Deputado ANDRÉ DE PAULA  
PSD/PE

1 Vide Communication from the Commission to the European Parliament and the Council, emitido em 18 de maio de 2021: [https://ec.europa.eu/taxation\\_customs/system/files/2021-05/communication\\_on\\_business\\_taxation\\_for\\_the\\_21st\\_century.pdf](https://ec.europa.eu/taxation_customs/system/files/2021-05/communication_on_business_taxation_for_the_21st_century.pdf)

